

# A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM SAÚDE: A ABORDAGEM ACERCA DAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS ENTRE AS COMUNIDADES SURDA E OUVINTE

Ana Clara de Sousa Leal <sup>1</sup>

## RESUMO

O estudo tem como principal objetivo explicar sobre a importância da disseminação de informação sobre os métodos de prevenção contra infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) às comunidades surda e ouvinte. A pesquisa, de caráter bibliográfico, foi realizada a partir da leitura e análises de textos – incluindo artigos, cartilhas e dissertações – acerca dos temas que beiram essa problemática. A partir do marco teórico utilizado, foi possível compreender a importância e a necessidade de se discutir ISTs com as populações surda e ouvinte, de forma que ambas possam ter acesso a uma educação em saúde sexual preventiva. A pesquisa foi capaz de cumprir seu papel no tangente a explicar as temáticas propostas no seu objetivo.

**Palavras-chave:** ISTs, educação em saúde sexual, comunidade surda.

## INTRODUÇÃO

A terminologia Infecção Sexualmente Transmissível (IST) passou a substituir a expressão Doença Sexualmente Transmissível (DST), uma vez que o indivíduo pode possuir e transmitir a infecção, mesmo sem apresentar um quadro clínico sintomático (BRASIL, 2015).

As ISTs são causadas por um agente etiológico vivo e transmissível, cuja infecção pode ser veiculada por um vetor, ambiente ou indivíduo (CARNEIRO et al., 2015). São transmitidas, principalmente, através de contato sexual sem o uso de preservativo, com uma pessoa que esteja infectada, pelo uso compartilhado de objetos perfurocortantes, transfusão sanguínea indevida e transmissão vertical (BREGA, et al., 2016).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), as infecções sexualmente transmissíveis configuram um grave problema de saúde pública, atingindo cerca de 376 milhões de novos casos por ano. Nesse sentido, a Educação em Saúde

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Piauí - UFPI, [anaclaraleal32@gmail.com](mailto:anaclaraleal32@gmail.com);

mostra-se promissora no processo de prevenção dessas enfermidades, uma vez que representa um mecanismo transformador de práticas e comportamentos de risco. O Ministério da Saúde define a educação em saúde como sendo o:

Processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população [...]. Conjunto de práticas do setor que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores a fim de alcançar uma atenção de saúde de acordo com suas necessidades (BRASIL, 2006).

A abordagem de educação em saúde sexual, por sua vez, deve incluir aspectos como troca de experiências e compartilhamento de conhecimentos que possam levar o público-alvo à reflexão sobre a vulnerabilidade em face das doenças sexuais e a necessidade de estratégias, educação e promoção em saúde voltadas para o método de barreira e prevenção das ISTs (LUNA, 2012). Contudo, ainda que a educação em saúde seja uma medida profilática eficaz em relação as infecções sexualmente transmissíveis, é importante ressaltar as deficiências do nosso país em fornecer informações de qualidade a públicos com limitações, como por exemplo a comunidade surda.

Os principais impeditivos para o diálogo sobre sexualidade entre pais e filhos são vergonha, a timidez e a falta de preparo, fatores que dificultam o acesso à informação adequada sobre o tema (BARBOSA, 2020). Entretanto, quando se trata da população surda, o cenário torna-se ainda mais complexo em decorrência da falta de um intérprete, de uma formação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e/ou de recursos auxiliares.

Nascer em um ambiente em que pouco ou nada se entende da língua predominante acaba por dificultar o acesso a esse tipo de informação, comprometendo assim, hábitos e comportamentos do indivíduo, tornando-o vulnerável e suscetível a adquirir uma IST. Por isso, faz-se necessária a presença de profissionais habilitados para falar sobre o tema como forma de prevenção.

Nessa direção, o presente artigo tem como objetivo apresentar a importância da disseminação da informação sobre os métodos de prevenção contra infecções sexualmente transmissíveis a todos, incluindo à comunidade surda.

## **METODOLOGIA**

De acordo com GIL (2010), a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema, explicitando-o. Esse tipo de pesquisa pode envolver levantamento bibliográfico e/ou entrevistas com pessoas experientes com o problema em

questão (DE ARAÚJO et al., 2016). No caso da presente pesquisa, assumimos uma postura bibliográfica.

Nessa perspectiva, a pesquisa exploratória e de natureza bibliográfica, visa reunir informações sobre o tema através de referências anteriormente publicadas, tomando como base artigos científicos, manuais, documentos, cartilhas e dissertações disponíveis na íntegra que abordassem o tema e subtemas apresentados no decorrer deste trabalho.

A pesquisa foi dividida em tópicos e subtemas. A abordagem das ISTs, primeiro tema abordado, referenciou os autores Farid et al. (2014), Westheimer & Lopater (2004), Brasil (2015) e Santos et al. (2009). Posteriormente, em “*Educação em saúde sexual e o acesso à informação de qualidade*”, foram utilizados os autores Falkenberg (2014), Schall e Struchiner (1999), Brasil (2007), Carneiro et al. (2015), Figueiró (2010), Franch e Rios (2020) e Luna (2012). Por fim, no último ponto discutido e de maior relevância do artigo, foram citados a legislação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Franca (2016).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **O que são as ISTs?**

Sabe-se que enfermidades podem ser transmitidas por via sexual há mais de 3500 anos (WESTHEIMER & LOPATER, 2004). Hodiernamente, essa classe especial de infecções configuram um grave problema de saúde pública devido ao grande número de infectados e as dificuldades de acesso aos serviços de saúde (BRASIL, 2015).

As ISTs são infecções causadas por microrganismos como vírus, bactérias, fungos e protozoários, que podem ser transmitidas pelo contato íntimo, além de outras maneiras menos recorrentes de contraí-las, como por exemplo, pela transmissão vertical (da mãe para o bebê através do parto ou amamentação) e pelo uso compartilhado de objetos perfurocortantes (FARID et al., 2014). Há um espectro de manifestações clínicas e sintomatológicas, que podem resultar em infecções leves, moderadas ou até fatais, se não houver o diagnóstico precoce e o tratamento adequado (BRASIL, 2015).

Os altos índices de casos de ISTs no Brasil e no mundo estão amplamente relacionados com a ausência ou utilização inadequada do preservativo, que por sua vez, relaciona-se com a precariedade dos serviços de saúde e educação sexual, pois, uma vez que os indivíduos não encontram informações adequadas sobre o assunto, eles passam a

buscá-las em meios como internet ou com àqueles que já possuem experiência (SANTOS et al. 2009).

### **Educação em saúde sexual e o acesso à informação de qualidade**

A educação em saúde mostra-se uma importante ferramenta de promoção de informação e qualidade de vida para a nossa sociedade. As práticas de educação em saúde envolvem os profissionais de saúde e educação que valorizam a prevenção e as práticas curativas, os gestores que apoiem esses profissionais e a população que necessita construir seus conhecimentos e aumentar sua autonomia nos cuidados, individuais e consequentemente coletivos (FALKENBERG, 2014). Conforme afirmam Schall e Struchiner (1999), a Educação em Saúde é:

“(...) um campo multifacetado, para onde convergem diversas concepções, das áreas tanto da educação, quanto da saúde, as quais espelham diferentes compreensões do mundo, demarcadas por distintas posições políticas e filosóficas sobre o homem e a sociedade” (p.4).

Sendo assim, com ela é possível apresentar aos membros da sociedade os meios de prevenção através da disseminação de conhecimento e de informação, estes previstos constitucionalmente, conforme dispõe a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (BRASIL, 2007).

A partir da apresentação dos métodos de prevenção, a população conscientiza-se acerca da importância dos métodos preventivos, ampliando o conhecimento adquirido para toda a coletividade. No entanto, a política da pós-verdade contribui para a disseminação de informações incorretas através dos veículos de comunicação em massa (“*fake news*”), podendo ser um gatilho para a explosão de casos de infecções sexualmente transmissíveis. Neste sentido, Carneiro et al. (2015) ressalta a importância da “busca do conhecimento de fontes e pesquisas seguras, para que se possa desempenhar uma prevenção adequada”.

Ademais, conforme Figueiró (2010), a educação sexual possui extrema importância na promoção de saúde pública e diminuição ou extinção de comportamentos de risco. Porém, muitas vezes, essas práticas educacionais encontram-se apenas na teoria em virtude do conservadorismo vigente, do despreparo profissional e da ineficiente capacitação (FRANCH & RIOS, 2020). Visto isso, faz-se necessária a abordagem da educação sexual e ISTs nas escolas por profissionais com uma preparação prévia e adequada. Assim, os profissionais capacitados serão responsáveis por promover um

espaço dialógico para a construção da consciência crítica-reflexiva nos sujeitos visando adotar comportamento seguro frente às ISTs (LUNA, 2012).

### **A abordagem das ISTs entre as populações ouvinte e surda.**

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a língua utilizada exclusivamente pela comunidade surda brasileira sendo regulamentada pela Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, e pelo Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. É através dessa língua que o sujeito surdo realiza todo o processo de comunicação, diferenciando-se das pessoas ouvintes.

Em virtude de o surdo ter uma língua distinta da língua da maioria dos ouvintes no país, ele é muitas vezes desvinculado dos mecanismos de informação, incluindo o conhecimento relativo à saúde sexual dos indivíduos. Desta forma, entende-se que estas informações possuem muitas barreiras até chegar ao conhecimento dos surdos: despreparo tanto por parte de familiares e amigos, bem como de profissionais de educação e saúde para a abordagem das ISTs em LIBRAS. Assim o direito à informação, previsto e assegurado constitucionalmente, não é colocado em prática, fazendo com que indivíduos se tornem vulneráveis a adquirir tais enfermidades visto que não tiveram amplo acesso a informações acerca dos métodos preventivos. Franca (2016) complementa:

A carência de intérpretes e de profissionais de saúde capacitados para dialogar com o surdo representa um problema para a assistência em saúde. A este fato, somam-se os determinantes sociais que dificultam o usufruto dos bens e serviços de saúde por estes usuários. (...). No relatório deste estudo consta que os surdos enfrentam grandes dificuldades no acesso a cuidados de saúde e na comunicação durante as consultas médicas. Além de que, a saúde destes participantes, quando comparada àquela da população geral, é precária, expondo-os ao risco de problemas de saúde evitáveis (p. 459).

Franca (2016) acrescenta, no que tange aos serviços de saúde, que cabe ao profissional fazer uso de LIBRAS, a fim de acolher esses cidadãos para a vida sexual e reprodutiva saudável.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da discussão proposta, foi possível destacar a importância da educação em saúde, em particular, a saúde sexual tanto para surdos. Em suma, o tema abordado neste ensaio requer maior aprofundamento por parte da academia pois, a inclusão deve

envolver todos os elos da sociedade, particularmente permeando a Educação e Saúde, Educação Sexual e a discussão sobre as ISTs entre a população surda, cujo objeto foi discutido neste trabalho.

Os autores citados no referencial teórico apontam que a educação em saúde sexual, na maioria das vezes, acontece de maneira insatisfatória ou negligente devido a inúmeros fatores. A falta de preparo profissional somados as barreiras de comunicação impostas por tabus dificultam e/ou impedem que a educação sexual à população surda aconteça da maneira adequada.

Além disso, tratou-se da vulnerabilidade pela qual a comunidade surda está inserida, diante da carência de profissionais capacitados em LIBRAS para mediar o processo de comunicação entre surdo e profissional da educação em saúde, o que gera dificuldades na propagação do conhecimento científico, fazendo com que a comunidade surda se torne vulnerável em meio as ISTs.

Estratégias que permeiem a abordagem das ISTs em LIBRAS, ainda são pouco discutidas na literatura consultada até a conclusão desse trabalho e podem refletir o descaso por parte do Estado com a população surda, não apenas em termos de pressupostos teóricos, mas também da formação prática de profissionais em educação em saúde que devem atender toda a população.

Mediante o exposto, além da necessidade de ampliar as ações preventivas já existentes para a comunidade ouvinte, é necessário o desenvolvimento de novas metodologias e/ou ferramentas para auxiliar no processo de educação sexual para surdos.

A discussão uma vez realizada nas escolas brasileiras por meio das ações de educação em saúde, acarretará na forma que os indivíduos surdos terão acesso a uma educação sexual de qualidade. Ademais, ela proporcionará uma análise crítica e informativa ao público ouvinte, caracterizando dessa forma, ações com ganhos para ambas partes.

## **REFERÊNCIAS**

BARBOSA, L. U. A metodologia da problematização como estratégia pedagógica para o desenvolvimento profissional docente em educação para a sexualidade. 2020.

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 2005.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (MS). Portaria n. 1.996/GM/MS, de 20 de agosto de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, v. 144, n. 162, seção 1, p. 34-38, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde. **Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde**. Brasília: MS; 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis / Ministério da Saúde, **Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015;

BREGA, M.P.P. et al. **AIDS: um breve panorama sobre aspectos epidemiológicos, antropológicos, clínicos e a situação atual no Brasil**. Revista Científica FAGOC-Saúde, v. 2, n. 1, p. 40-49, 2017.

CARNEIRO, R. F. et al. Educação sexual na adolescência: uma abordagem no contexto escolar. **SANARE-Revista de Políticas Públicas**, v. 14, n. 1, 2015.

DE ARAÚJO, J. A.; DE ARAÚJO, M. J. A.; SILVA, M. A. Aproximações da teoria da aprendizagem significativa e a Educação Especial e Inclusiva. 2016.

FALKENBERG, M. B. et al. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 847-852, 2014.

FARID, N. D. N.; CHE'RUS, S.; DAHLUI, M; AL-SADAT, N.; AZIZ, N.A. **Predictors of sexual risk behaviour among adolescents from welfare institutions in Malaysia: a cross sectional study**. BMC public health, London, v. 14, n. 3, p. S9, nov. 2014.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio. 3. ed. Londrina: Eduel, 2010.

FRANCA et al. **Sinais e sintomas clínicos de infecções sexualmente transmissíveis comunicados em Libras**. *Rev. esc. enferm. USP* [online]. 2016, vol.50, n.3, pp.458-465. ISSN 1980-220X.

FRANCH, M.; RIOS, L. F. **O direito à prevenção da Aids: nas escolas, nos serviços de saúde e alhures**. Interface, [s. l], v. 24, p. 1-5, 9 abr. 2020.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



LUNA, I. T. et al. **Ações educativas desenvolvidas por enfermeiros brasileiros com adolescentes vulneráveis as DST/ Aids.** Ciencia y Enfermería, Concepción, v. 18, n. 1, p. 43-55, 2012.

SANTOS, S. M. J.; RODRIGUES, J. A.; CARNEIRO, W. S. **Doenças sexualmente transmissíveis: conhecimento de alunos do ensino médio.** DST - Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 63-68, 2009. Doi: 10.1590/0104-07072017005100015.

SCHALL, V.T.; STRUCHINER, M. **Educação em Saúde: novas perspectivas.** Cadernos de Saúde Pública, v. 15, n. Supl. II, nov.1999.

WESTHEIMER, R. K.; LOPATER, S. **Human Sexuality: a Psycho-social Persepective.** (2ªEd.). Philadelphia: Lippincott & Williams, 2004.